

MPTO vistoria área afetada por rompimento de barragem

Investigação busca responsáveis por acidente na área

O Ministério Públíco do Tocantins (MPTO) realizou uma vistoria técnica no município de Ponte Alta do Bom Jesus, na região sudeste do estado, após o rompimento de uma barragem vinculada a um empreendimento hidrelétrico. A ação foi conduzida pelo Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma) e teve como objetivo levantar e apurar informações preliminares e avaliar os impactos ambientais e sociais decorrentes do incidente.

A equipe esteve no local do empreendimento da empresa Central Hidrelétrica Surreal Ltda., onde foram coletados dados técnicos que subsidiarão a análise do processo de licenciamento ambiental, dos estudos previamente aprovados e das circunstâncias que levaram ao rompimento do barramento.

A partir desse levantamento, o MPTO irá avaliar a extensão dos danos provocados e a necessidade de adoção de medidas extrajudiciais ou judiciais para reparação ambiental e eventual responsabilização dos envolvidos.

Durante a vistoria, a empresa apresentou as licenças ambientais emitidas pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), incluindo a licença de instalação. Foi informado que não houve registro de vítimas e que os danos materiais identificados estão sendo avaliados e reparados pela própria empresa.

Também foram relatadas a ado-



MPTO realiza vistoria técnica no município de Ponte Alta do Bom Jesus

ção de medidas de monitoramento ambiental e de saúde pública, com a coleta de amostras de água para análise de potabilidade, além de vistorias realizadas por equipes do município e pela Vigilância Sanitária nas comunidades atingidas.

O Ministério Públíco orientou a empresa quanto ao cumprimento das obrigações legais, destacando a necessidade de contratação de perito independente para a elaboração de estudos técnicos, que deverão ser acompanhados tanto pelo Naturatins quanto pelo MPTO.

A região onde se localiza o barramento concentra diversos empreendimentos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

Diante desse cenário, o Ministério Públíco também irá considerar os impactos ambientais acumulativos na bacia hidrográfica, avaliando de forma integrada os efeitos dessas atividades sobre o território e os recursos naturais.

Além da atuação do MPTO, a Polícia Civil do Tocantins realizou perícia técnica no local do rompimento por meio da 103ª Delegacia de Polícia de Taguatinga, com apoio da Polícia Científica. A diligência integra o inquérito policial instaurado para apurar as circunstâncias do ocorrido, com foco na identificação das causas do rompimento, na avaliação dos danos ambientais e ma-

teriais e na apuração de possíveis responsabilidades.

A perícia contou com o uso de equipamentos técnicos especializados, incluindo drones, para garantir maior precisão na análise da área atingida. Os trabalhos periciais buscam reunir elementos técnicos que auxiliem no esclarecimento dos fatos e no dimensionamento dos impactos causados pelo rompimento da barragem.

As investigações seguem sob responsabilidade da Polícia Civil, que continuará adotando as medidas necessárias para o esclarecimento do caso, especialmente no que se refere a eventuais crimes ambientais e à segurança das comunidades afetadas.

Porto Velho aplica 341 mil doses de vacinas

A prefeitura de Porto Velho (RO), por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa), informa que aplicou 341.182 doses de vacinas ao longo deste ano, considerando o período de janeiro até 22 de dezembro. O número engloba a aplicação de 70 tipos diferentes de vacinas que fazem parte do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Sistema Único de Saúde (SUS).

As vacinas fazem parte do Calendário Nacional de Imunização e contemplam crianças, adolescentes, adultos, idosos e grupos prioritários, sendo oferecidas gratuitamente nas unidades básicas de saúde. Entre os imunizantes, a vacina contra a gripe (influenza) segue com foco nos grupos prioritários, como idosos, gestantes, crianças, pessoas com comorbidades e profissionais da saúde. Neste ano, foram aplicadas 14.309 doses desse imunizante. O público estimado desse grupo em Porto Velho é de 99.316 pessoas, o que representa uma cobertura vacinal de 14,41%.

A Secretaria também informa que está disponível a vacina contra a bronquiolite, indicada para gestantes a partir de 28 semanas de gestação. O Vírus Sincicial Respiratório (VSR) é o principal responsável por 75% dos registros de bronquiolite em recém-nascidos e por aproximadamente 40% das ocorrências de pneumonia em crianças menores de dois anos.

Até o momento, o Brasil registrou 43,1 mil casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) associados ao vírus. A vacina contra a bronquiolite em grávidas funciona por meio da imunização passiva: a mãe produz anticorpos contra o vírus, que são transferidos ao bebê pelo cordão umbilical. Assim, a criança já nasce com uma proteção temporária, mas altamente eficaz, contra o VSR. A aplicação é indicada para uma fase específica da gravidez, geralmente no terceiro trimestre, quando a transferência de anticorpos da mãe para o bebê é mais eficiente. O Ministério da Saúde também prevê a compra de mais 4,2 milhões de doses até 2027.

A imunização é fundamental e protege os bebês nos primeiros meses de vida, reduzindo o risco de formas graves da doença. A Secretaria reforça que a vacinação continua disponível nas unidades básicas de saúde. Para se vacinar, é necessário apresentar documento oficial e o cartão de vacinação.

Após 12 anos, Roraima anuncia concurso público para o Corpo de Bombeiros

Neto Figueiredo/Ascom



Concurso reforçará o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar

O governador Antonio Denarium (PP) autorizou a realização de um novo concurso público para o Corpo de Bombeiros Militar de Roraima (CBMRR), medida que visa reforçar o efetivo da corporação. O certame é aguardado há cerca de 12 anos e representa um avanço significativo para a área de segurança e atendimento a emergências no estado de Roraima.

Ao todo, serão ofertadas 200 vagas imediatas, sendo 180 destinadas ao cargo de praça combatente e 20 para o quadro de oficiais. Além disso, o concurso prevê a formação de cadastro de reserva com mais 100 vagas, que poderão ser convocadas conforme a necessidade da corporação ao longo do prazo de validade do certame.

Com a autorização oficial, o processo entra agora nas etapas seguintes, que incluem a contratação da banca organizadora, a elaboração e publicação do edital, bem como a execução das fases seletivas, como provas, exa-

mes médicos, testes físicos e avaliação psicológica. A expectativa do Governo do Estado é que o curso de formação dos aprovados tenha início em julho de 2026.

Os salários iniciais variam conforme o cargo. Para praças

combatentes, o vencimento é de R\$ 4.815, enquanto os oficiais iniciam a carreira com remuneração de R\$ 12.973. Ambos os cargos contam ainda com adicional de risco de vida no valor de R\$ 1.500 e auxílio-alimentação de R\$ 500. Durante o período do curso de formação, os candidatos aprovados receberão uma bolsa correspondente a 50% do salário da carreira escolhida.

Os aprovados para praça combatente ingressarão como soldados de 2ª classe e, após três meses de treinamento, serão promovidos a soldados de 1ª classe. Já os candidatos ao quadro de oficiais iniciarão como cadetes, com curso de formação de dois anos, seguido de estágio probatório de seis meses até a promoção ao posto de 2º tenente.